

# Superávit primário de janeiro foi o mais elevado no mês desde 1991

**Mônica Izaguirre**  
De Brasília

A dívida líquida do setor público brasileiro manteve-se estável como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro mês de mandato do governo Lula. Embora tenha subido de R\$ 881,1 bilhões para R\$ 888,89 bilhões, o endividamento líquido da União, Estados, Municípios e empresas estatais junto a credores internos e externos fechou janeiro em 55,9% do PIB, patamar idêntico ao do final de dezembro, informou ontem o Banco Central.

O efeito da inflação, que corrige o valor nominal da projeção de PIB usada pelo BC, ajudou. Mas a relativa estabilidade da dívida foi conseguida principalmente graças a um superávit primário de R\$ 8,463 bilhões, o maior já registrado pelo setor público para meses de janeiro desde o início da série, em 1991. A cifra equivale à diferença entre receitas e despesas primárias, isto é, todas menos aquelas referentes à própria dívida (juros, correção, etc).

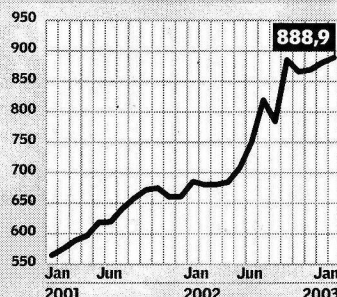
Sozinho, o superávit primário contribuiu para reduzir a relação dívida/PIB em 0,53 ponto percentual. O efeito inflação, por sua vez, assegurou outro 0,5 ponto, ajudando a contrabalançar o impacto de fatores que atuaram no sentido de elevar a relação entre a dívida líquida e o PIB, como, por exemplo, os juros.

O governo federal, mais uma vez, foi o que deu a maior contribuição para superávit primário do setor público em janeiro. Foram R\$ 6,718 bilhões — número que diferente do que foi infor-

## Setor Público

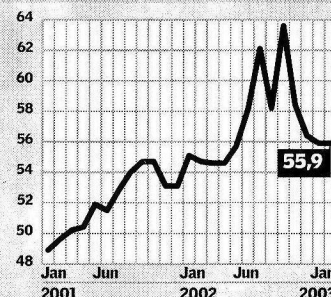
Evolução da Dívida Líquida

Em R\$ bilhões



Fonte: Banco Central e Valor Data.

Em % do PIB



mado anteontem pelo Tesouro Nacional por causa de diferenças de critério de apuração.

A parcela dos Estados foi também muito representativa: R\$ 1,969 bilhão, o melhor resultado já registrado neste segmento para um mês de janeiro. Nos municípios, as receitas primárias superaram as despesas em R\$ 372 milhões.

Ao divulgar estas cifras, o chefe da divisão de finanças públicas do Banco Central, João Henrique Dias de Carvalho, lembrou que os contratos de refinanciamento de dívida assinados pelas administrações estaduais e municipais com a União vêm sendo fundamentais para assegurar o superávit nestas esferas de poder.

No âmbito das empresas estatais, só as federais tiveram déficit primário em janeiro, de R\$ 1,129 bilhão. As estaduais tiveram resultado positivo de R\$ 413 milhões e as municipais, de R\$ 120 milhões. Dias de Carvalho explicou que o resultado das empresas federais em janeiro foi bastante afetado pelo pagamento de dividendos antecipados (R\$ 1,08

bilhão) e "royaltes" (R\$ 1,8 bilhão) ao Tesouro Nacional. Por outro lado, estes mesmos fatores contribuíram para o superávit na administração federal direta.

Em 2002, o setor público fez um superávit primário de R\$ 5,44 bilhões em janeiro e fechou o ano com um resultado positivo acumulado de R\$ 52,39 bilhões, cifra equivalente a 3,91% do PIB. 2003 começou, portanto, com um esforço fiscal maior, já compatível, segundo Dias de Carvalho, com a nova meta para o ano, de 4,25% do PIB.

Em valores nominais, a meta para o ano ainda não está fixada com precisão porque dependerá da projeção do PIB. Mas em princípio o setor público precisa chegar a R\$ 68 bilhões de superávit primário em 2003.

O estoque da dívida pública líquida cresceu em termos nominais, em janeiro de 2003, porque o superávit primário, embora significativo, não foi suficiente para cobrir toda a carga de juros e correção sobre a dívida. A conta de juros nominais (conceito que inclui as despesas do BC com contratos de

"swap" cambial) chegou a R\$ 17,63 bilhões, mais que o dobro do superávit primário do mês.

Só com os contratos de "swap" cambial — instrumento de proteção oferecido pelo BC ao mercado e que assegura a diferença entre câmbio e juros interbancários — o governo central teve uma despesa de R\$ 3,67 bilhões. Isso pelo critério de caixa (momento da liberação), que é o considerado pelo BC especificamente para este item.

Pelo critério de competência (período ao que se refere a despesa), os contratos de "swap" do BC geraram um gasto de R\$ 2,9 bilhões em janeiro, apesar da queda da taxa de câmbio no finalzinho do mês. O resultado do mês foi desfavorável ao BC, apesar do recuo do dólar, porque é influenciado também pela curva da taxa de juros futura, explicou Dias de Carvalho.

Entre os demais fatores que influenciam a evolução do saldo da dívida líquida, está o impacto da taxa de câmbio sobre o estoque do endividamento, que é parcialmente atrelado ao dólar. Em janeiro, por causa do recuo do câmbio no final do mês, este impacto foi positivo, ou seja, ajudou a reduzir a dívida, em R\$ 969 milhões.

Por outro lado, houve o reconhecimento de R\$ 671 milhões em passivos que antes não constavam das estatísticas da dívida líquida. Outros ajustes — entre os quais o da paridade cambial da cesta de moedas que compõem a dívida externa e as reservas internacionais do país — responderam por uma redução de R\$ 1,08 bilhão no saldo da dívida líquida, ajudando a neutralizar parte do impacto da conta de juros nominais.